

União da alma com o corpo Por Michel Bonnamy

O Espiritismo, como dissemos no capítulo anterior, vem auxiliar aos psicólogos em suas meditações. Ele rejeita a herança das impotentes elucubrações dos séculos passados para determinar a fisiologia moral do homem. Ele vem, finalmente, resolver esta importante questão, e satisfazer as penosas preocupações de que tal mistério fez pesar sobre a humanidade desde a origem do mundo.

O fluido vital e a essência etérea, em seu concurso comum para a animação do corpo, parecem confundir-se em sua ação mesma; no entanto, são distintos um da outra e guardam respectivamente uma certa independência.

A cessação da vida, segundo os ensinamentos dos Espíritos, não significa necessariamente a separação do Espírito e do corpo, contrariamente às crenças das filosofias antigas e modernas e os ensinamentos do cristianismo. O Espírito não é, portanto, essencialmente inerente à vida.

Na verdade, a separação do Espírito e do corpo é antes a consequência do que a causa imediata da cessação da vida, porque o Espírito fica ligado ao corpo durante um tempo mais ou menos longo após a cessação da vida. Esta agregação pode se prorrogar pela vontade de Deus, como expiação das faltas mais ou menos graves das quais o homem deve prestar contas.

Assim, esses dois agentes não ficam menos distintos na organização do homem, embora reajam reciprocamente um sobre o outro, de uma forma bastante íntima para que sua ação se confunda numa mesma impulsão impressa no corpo.

É por esses dois princípios constitutivos do homem: o princípio vital ou material, e a essência etérea, que se torna possível ao Espiritismo explicar a pretensa dualidade da alma, e resolver o problema do bem e do mal moral. Vejamos primeiramente qual é a economia de sua unidade de ação.

Tal como no mecanismo do daguerreótipo os raios luminosos que atingem os corpos, agem, por um efeito refletor, sobre a placa disposta na câmara escura, destinada a lhes recolher, e aí deixam a sua impressão, reproduzindo o objeto; da mesma maneira, por uma ação puramente mecânica dos sentidos e o concurso do sistema nervoso, as impressões exteriores que incidem sobre aqueles se refletem no cérebro onde a mente os recolhe.

Assim, o corpo tem, pelos sentidos, a sensação e a percepção dos diversos objetos.

O Espírito capta, coordena esses elementos do pensamento, combina-os e, se assim podemos dizer, tece a ideia, o pensamento que serve de base à vontade e à determinação. É esta última operação que constitui o ser intelectual e moral.

Mas esta operação do Espírito não poderia se efetuar senão com os elementos recolhidos e transmitidos pelos sentidos, em primeiro lugar, depois reproduzidos pelo cérebro que, por sua vez, possui as condições necessárias ao desenvolvimento e ao exercício da ação do Espírito.

É desse tal mecanismo, que constitui o homem, que nasce o laço moral, íntimo, que existe entre o Espírito e o corpo, laço que serve para explicar, de

acordo com os instintos próprios a cada um, as bruscas oscilações para o bem ou para o mal a que nós estamos sujeitos.

Resta agora explicar e determinar qual é a ação distinta destes dois princípios: seja a ação dos sentidos animados pelo fluido vital, seja a ação do Espírito ou essência etérea, e da esfera de atividade que é própria a cada um deles decorrerá a realização do bem ou do mal.

Penetremos, pois, no mistério desse duplo princípio do bem ou do mal, e vejamos em que consiste esta pretensa docilidade da alma, na qual parece terem-se detido as filosofias sacra e profana.

É preciso reconhecer incontestavelmente, antes de tudo, que esses dois princípios agem cada um na medida da atividade que lhes é própria, e que convergem para um determinado fim; ora, da ponderação de suas forças respectivas na sua ação conjunta, resulta a harmonia da economia do homem, em seu estado normal, enquanto que o estado anormal é, ao contrário, o resultado da falta de equilíbrio das leis respectivas a cada uma delas, leis que regem sua união.

Agora, qual é a finalidade desta união? A razão de ser, ou melhor, o objetivo da união da alma ou Espírito com o corpo, é a elaboração progressiva do Espírito, e isto pelo concurso do corpo e dos sentidos; isto o que explica e justifica, por sua vez, a necessidade das reencarnações, fases múltiplas da existência humana que serão abordadas no capítulo seguinte.

Assim, o homem age sob o impulso desses dois agentes, dos quais um é fim e o outro meio; e que, embora unidos numa ação comum, como parte de uma unidade, obedecem, entretanto, a aspirações contrárias, oriundas de suas naturezas diferentes, e se encontram no homem em antagonismo.

Segundo o Espiritismo, a união desses dois agentes constitui a economia do homem, com vistas ao desenvolvimento moral, conforme os desígnios do Criador.

Assim, o corpo, seguindo as leis que regem a sua própria organização, é o instrumento necessário para a perfectibilidade do Espírito, em conformidade com o papel que cabe a cada um deles nesta combinação; o Espírito é, sem dúvida, o diretor, pois ele é o objetivo da união, enquanto o corpo, que é apenas um meio, lhe é subordinado. Mas tanto o Espírito quanto o corpo são chamados a obedecer às leis que lhes são próprias.

O corpo deve, necessariamente, ter o sentimento de sua conservação que não é senão a própria sensação produzindo a contração ou a dilatação dos órgãos. O prazer, o bem-estar ou a dor engendram, necessariamente, a atração ou a repulsa. Sujeito às alterações exercidas sobre sua natureza essencialmente perecível, o corpo deve velar instintivamente para evitar os perigos que o cercam, para se apropriar dos elementos adequados ao seu sustento, e para satisfazer a necessidade de se reproduzir, pois esses instintos correspondem aos fins de seu ser material.

O Espírito, ao contrário, essência imortal, e por isso mesmo dispensado dos cuidados de sua preservação, não tem outra tendência senão a perfeição divina para a qual se eleva, e outro móvel senão Deus, do qual ele é imagem, e que são a sua destinação.

O corpo representa o matéria com suas afinidades, suas repulsões, suas tormentas, suas catástrofes, um estado de conflitos e de movimentos desordenados produzidos pelas paixões humanas.

O Espírito representa a inteligência e o sentimento de harmonia inerentes ao Criador, ou seja, a calma, a serenidade, a simpatia, o amor ideal do belo moral, enfim, a perfectibilidade que é o objetivo para a qual ele deve convergir, sendo o fim último. Tais são no homem os germens do bem e do mal, o que fez Santo Agostinho dizer: "Eu não sou, pois, eu mesmo."

Assim, de um lado o corpo, solicitado pelo atrativo das sensações simpáticas inerente à sua natureza, que acompanham todos os seus atos com vistas a sua conservação, obedece a um impulso puramente instintivo, que tem por limite suas mesmas sensações e prazeres; de outro, movido por um sentimento instintivo, ele repele a dor, índice e advertência para o perigo que o ameaça.

É portanto sob o império da sensação do prazer e da dor que o corpo se move. Obter o prazer ou o bem-estar material, evitar o mal que causa a dor: tal é a esfera de sua felicidade. Quanto ao Espírito, ele mede seus atos pelas intuições de felicidade que respondem à sua natureza moral e intelectual. Existem portanto no homem duas referências de felicidade cativando suas aspirações com alternativas que produzem e explicam a virtude e o vício. Foi o que deu origem ao sistema da dualidade da alma.

Como o Espírito, investido da soberania que possui sobre sua vontade franqueada pelo livre-arbítrio, é chamado a agir nos atos que lhe são comuns com o corpo?

A primeira tarefa do Espírito é reduzir o corpo às simples exigências de sua conservação, e de reprimir todas as tendências que constituem o excesso ou vício de seus instintos, os quais são de natureza a prejudicar seus semelhantes ou a si mesmo, e o arrastar ao mal.

A segunda tarefa do Espírito é a de impor ao corpo o sacrifício de seu bem-estar, isto é, da felicidade puramente terrena, a fim de o levar a concorrer, como subordinado, a sua destinação, deixando ao Espírito as suas próprias aspirações de progresso, de perfectibilidade e felicidade; este concurso é devido à sua condição de diretor, de conformidade com os fins da criação.

Assim, o homem, em seu estado misto, composto de Espírito e matéria, traz em si os germes do bem e do mal, e deve se prestar, pela essência mesma de sua natureza, aos tipos múltiplos e às variantes infinitas resultantes das duas aspirações contrárias que nele existem.

A virtude é para ele uma emanção das tendências e das aspirações do Espírito. A vida é o resultado das afinidades e das leis do princípio vital.

Essa mescla de bem e de mal, com suas tendências contrárias, é, pois, ainda o caos, se assim posso dizer, que encerra o homem, e é um cadinho providencial, em que o princípio moral e intelectual deve, em conformidade com a lei do progresso, surgir e se desenvolver, seguindo um estímulo constante para se

desprender completamente da matéria, um dia, e chegar à plenitude de sua essência: a suprema perfeição.

O Espírito, para chegar a este fim último, deve adquirir, antes de tudo, a ciência do bem e do mal, a ciência indicada pela árvore alegórica do *Gênese*. E, para possuir este conhecimento, ele deve conhecer toda a economia de sua união com o corpo.

Este é um importante problema para o qual os Espíritos vieram trazer a solução aos homens.

O homem encontra, pois, em si, de um lado, o instinto da matéria, sensibilizada ao sopro do fluido vital, desfrutando do sentimento e de suas necessidades animais que se extinguem com a vida e, de outro, a intuição íntima das alegrias e aspirações que a eternidade sanciona.

Assim colocado entre essas duas tendências, ele tem, para optar, seu livre-arbítrio, ou seja, a vontade livre e independente.

Ora, a essência material, sendo nele essencialmente transitória, já que é mortal, e a essência etérea que constitui, ao contrário, o fim último do seu ser, já que é imortal, a razão deve lhe dizer, conforme os ensinamentos espíritas, que o corpo é apenas o instrumento e o Espírito o fim, e que o Espírito deve ser o chefe, o regulador das exigências do corpo; que é preciso que o corpo seja contido todas as vezes que tentar perturbar, alterar ou falsear o desenvolvimento do Espírito.

O Espírito é obrigado, evidentemente, nesta ordem de ideias, a suprir ao corpo a parte de suas necessidades e aspirações, numa justa medida, de conformidade com as leis de sua natureza; e isto no interesse mesmo de sua atribuição, como instrumento providencial de seu progresso e de suas destinações.

É, pois, como líder inteligente, e somente nessa única medida, que o Espírito deve usar seu envoltório terreno, limitando-se a suprimir as tendências exageradas ou anormais que poderia lhe corromper a economia.

O Espírito só pode avançar e desenvolver seu entendimento por meio dos órgãos do corpo. E é em virtude dessa mesma relação com o corpo que ele pode adquirir a plenitude de sua independência e soberania, o que justifica também a necessidade da reencarnação.

Ora, nas vias da Providência, segundo a ordem mais racional, são os instintos animais que primeiro se desenvolvem no homem. O corpo animado pelo fluido vital deve, antes de tudo, antes de se sujeitar a outras aspirações, obedecer aos instintos que podem garantir a sua sobrevivência.

A criança toma instintivamente, maquinalmente, o seio de sua mãe antes mesmo de a conhecer; e se a distingue cedo, é como alguém que lhe fornece o alimento necessário para sua subsistência. Disso resulta que o homem, ao nascer, está privado, de alguma maneira, de seu guia intelectual, seu líder, ou melhor, que está entregue aos instintos animais que o dominam. O Espírito, ainda quase em estado latente, não se manifesta senão por uma imperceptível luminosidade, já que nada aprendeu ainda em sua recente encarnação, e pode intervir apenas de maneira muito frágil nos atos do corpo.

Ao nascer, o homem está, por assim dizer, incompleto. Em vez de dois guias, pode usar apenas um; é inspirado apenas pelos instintos animais, ou

melhor, estes são os que dominam. Daí resulta que é naturalmente inclinado ao mal - entregue que está às exigências do princípio vital -, à avidez, à exageração, às violências inerente à natureza animal; tal é o caráter da infância.

É, portanto, pelo seu desenvolvimento progressivo que o princípio intelectual exerce seu ascendente e que o equilíbrio se restabelece.

Assim, a união da alma com o corpo, numa unidade de ação destes dois princípios, na ponderação e harmonia de suas relações, um como líder e regulador, e o outro como instrumento subordinado e passivo, têm um papel determinado na economia do homem.

O corpo fornece ao Espírito, por suas percepções e em razão do desenvolvimento destas, os elementos da ciência e a substância mesma do entendimento. De forma que o Espírito, privado do concurso dos sentidos, seria reduzido a um estado negativo, resultante de sua ignorância nativa.

Apropriando-se das percepções apreendidas pelos sentidos, o Espírito as aplica nas coisas da vida, sobretudo encontrando nelas os elementos das combinações morais, especulativas e abstratas. Isso em proveito do corpo que, privado do concurso do Espírito, seria reduzido, por sua vez, aos instintos animais, à sensação do prazer ou da dor. Ele sofreria então as condições do bruto, da matéria sensibilizada, mas inerte, incapaz de agir sem a o concurso da vontade. A sensação, com efeito, é uma causa determinante da vontade, mas não a poderia substituir na execução do ato.

A utilidade recíproca e indispensável entre a alma e do corpo por sua cooperação respectiva constitui, portanto, a razão de ser da sua união. Constitui, ao ademais, para o Espírito, as condições militantes na via do progresso em que ele é chamado a conquistar sua personalidade intelectual e moral.

Como estes dois princípios cumprem normalmente no homem o objetivo de sua destinação? Quando o Espírito é fiel às suas aspirações divinas, restringe os instintos animais e sensuais do corpo e os reduz à sua ação providencial na obra do Criador; é então que ele se desenvolve e cresce. É a perfeição da obra mesma que se realiza. Ele chega à felicidade, cuja último termo é inerente ao grau supremo da perfectibilidade.

Se, ao contrário, abdicando da soberania que é chamado a exercer sobre o corpo, cede ao arrastamento dos sentidos e aceita suas condições de prazeres terrenos como o *único objetivo de suas aspirações*, ele falseia a razão de ser de sua existência e, longe de realizar seus destinos, fica estacionário, apegado a esta vida terrena que, no entanto, lhe foi dada como condição acessória, visto que não poderia ser o fim; e o Espírito, de chefe que deveria ser, fica subordinado; insensatamente aceita a felicidade terrena que seus sentidos o fazem provar e lhe propõem satisfazer, sufocando nele a intuição da verdadeira felicidade que lhe está reservada.

Este é o seu primeiro castigo.

(Extraído do livro *La Raison du Spiritisme*, de Michel Bonnamy, cap. III, Union de l'âme avec le corps, Librairie Internationale, Paris, 1868, traduzido pela equipe do

GEAK. Este livro foi indicado por Allan Kardec, na seção Notícias bibliográficas, Revista Espírita de novembro de 1867).